

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 136

Poder Legislativo

Recife, quarta-feira, 1º de agosto de 2007

Parlamentares retomam trabalhos legislativos após recesso

Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual serão apreciados

Os deputados pernambucanos retomam hoje, às 14h30, no Plenário, os trabalhos legislativos, após o recesso parlamentar de julho. De acordo com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), a expectativa para o segundo semestre é apreciar projetos importantes para o fortalecimento socioeconômico de Pernambuco.

A volta às atividades legislativas coincidem com o dia em que chegam à Casa os projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Plano Plurianual (PPA). As matérias, que são de competência do Executivo, consistem na definição dos programas e metas do Governo do Estado para os próximos anos da administração. Cabe ao Poder Legislativo apreciar as matérias e, se neces-



CLEMILSON CAMPOS

SOCIAL - Uchoa ressaltou importância das matérias, apresentar emendas. "Os projetos são fundamentais para o desenvolvimento do Estado, principalmente com a chegada de novos empreendimentos, como a refinaria e o estaleiro", observou o presidente.

No PPA, o Executivo planeja as ações para os quatro anos administrativos e, na

LDO, são definidas anualmente as diretrizes das estratégias traçadas no PPA. Esses dois instrumentos integram o Sistema do Orçamento Estadual, juntamente com a Lei Orçamentária Anual (LOA), que deve chegar à Assembleia até 15 de outubro. É por meio da LOA que se executa tudo o que foi



RINALDO MARQUES

PLENÁRIO - Reunião ordinária acontece hoje, às 14h30 pensado no PPA e especificado na LDO.

Uchoa esclareceu que a LDO tramita exclusivamente na Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação da Alepe e tem prazo máximo de 45 dias para ser analisada pelo Plenário, onde deve ser aprovada em turno único. De acordo com

a Assistência Legislativa, a LDO e o PPA devem ser apreciados e encaminhados de volta ao Poder Executivo até o dia 15 de setembro para receber a sanção do governador Eduardo Campos (PSB).

Depois de receber a LDO com as emendas parlamentares, o governador terá 15

dias para sancioná-la totalmente ou com vetos. Os vetos têm 30 dias para ser analisados pelo Legislativo e só poderão ser derrubados por maioria absoluta dos votos.

O presidente da Alepe também espera dar início, neste semestre, à interiorização da *Assembleia na TV*. "Precisamos mostrar à sociedade a importância do Poder Legislativo, o desempenho e a competência de cada deputado. Esta Casa tem um trabalho especial de mediação entre a população e o Poder Executivo. Temos a função de ouvir e traduzir em projetos de lei os apelos dos pernambucanos. Por isso, exercemos papel importante no regime democrático e é essencial que o eleitor possa acompanhar o trabalho dos seus candidatos", afirmou Uchoa.

Funcionalismo

Recursos Humanos promove workshop estratégico

A Superintendência de Recursos Humanos da Alepe (SUPRH) realizou, na última segunda-feira, *workshop* com o objetivo de avaliar as ações do setor no primeiro semestre deste ano. O evento reuniu a equipe do RH em Aldeia, no município de Camaragibe, Região Metropolitana do Recife, para dinâmicas de grupo e palestras, além da elaboração e apresentação de sugestões a serem implementadas até o final do ano.

Para a superintendente, Karla Vieira, o momento foi de agradecimento à equipe

pelos bons resultados obtidos. "Promovemos iniciativas importantes, como o recadastramento dos servidores e a emissão das novas carteiras funcionais, entre outras. O encontro possibilitou compartilhar o sucesso e traçar desafios. Elaboramos o nosso plano de ação e definimos que metas queremos alcançar para cumprir a missão institucional.", frisou.

Karla Vieira adiantou que entre as iniciativas da SUPRH programadas para o segundo semestre, está a revisão de alguns procedimentos da folha de pagamento que irá



DIVULGAÇÃO

BALANÇO - Karla Vieira (c) falou das conquistas e desafios se reverter em benefícios para os funcionários da Casa. O Dia do Servidor Público, 28 de outubro, também será

lembrado com o lançamento do Programa de Qualidade de Vida, que está sendo elaborado pelo setor. "Ain-



DIVULGAÇÃO

INTERAÇÃO - Diversos grupos apresentaram sugestões da teremos a reestruturação do Coral Vozes de Pernambuco, sob a regência do novo maestro, Josias Gouveia, e o Seminário de Formação Política, previsto para a segunda semana de agosto", destacou a superintendente.

Atos

ATO Nº 570/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do Art 60 do Regimento Interno.

RESOLVE: A partir do dia 01 de agosto do corrente ano, os cheques e ordens bancárias emitidas pela SUPLEC serão assinados pelos Presidente, Primeiro Secretário e Chefe do Departamento de Gestão Financeira ou por seus substitutos legais, acompanhados de **Relação de Pagamentos** contendo os dados a seguir:

RELAÇÃO DE CHEQUES EMITIDOS – BANCO _____ AG. _____ CONTA Nº _____

Nº CHEQUE	DATA	FAVORECIDO	VALOR	FINALIDADE	ASSINATURAS

RELAÇÃO DE ORDENS BANCÁRIAS EMITIDAS – BANCO _____ AG. _____ CONTA Nº _____

Nº OB	DATA	FAVORECIDO	VALOR	FINALIDADE	ASSINATURAS

Sala Torres Galvão, 31 de Julho de 2007.

GUILHERME UCHOA
Presidente

ATO Nº 571/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 205/2007, do Deputado Augusto César Filho,

RESOLVE: exonerar **EWERTON KLEBER DE C. FERREIRA**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 31 de julho de 2007.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

ATO Nº 572/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 007/2007, do Deputado Alberto Feitosa,

RESOLVE: exonerar **ANA ISAUARA CÓRDOVA DE OLIVEIRA**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 31 de julho de 2007.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

ATO Nº 573/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 44/2007, do Deputado Clodoaldo Magalhães,

RESOLVE: exonerar **MARIA DE LOURDES DA SILVA**, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **JOSÉ HILDO HACKER JÚNIOR**, atribuindo-lhe a gratificação de Representação de 120% (cento e vinte por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 31 de julho de 2007.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Izaías Régis; 2º Vice-Presidente, Deputado Ciro Coelho; 1º Secretário, Deputado João Fernando Coutinho; 2º Secretário, Deputado Raimundo Pimentel; 3º Secretário, Deputado Sérgio Leite; 4º Secretário, Deputado Henrique Queiroz. **Procuradoria Geral,** Ismar Teixeira Cabral (procurador-geral); **Superintendência Geral,** Paulo César Menezes Teixeira (Superintendente-geral); **Assistência Legislativa,** Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); **Superintendência Administrativa,** Adriana Alves Araújo (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos,** Karla de Fátima Mendes Vieira (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica,** Braulio José de Lira C. Torres; **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira,** Marcelo Cabral e Silva (Superintendente); **Cerimonial,** Francklin Bezerra Santos (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional,** Aldo Mota (Assistente Médico); **Assistência de Segurança Legislativa,** Tenente-coronel Ricardo Ferreira de Lima (Assistente Chefe); **Escola do Legislativo,** Jurandir Bezerra Lins (Assistente Educacional); **Auditagem,** Gildo Dantas Correia de Góis (Auditor-chefe); **Assistência de Comunicação Social,** Cláudia Lucena (Assistente de Comunicação Social); **Chefe de Departamento de Imprensa,** Marconi Glauco; **Editora:** Andréa Tavares; **Redatores:** Antônio Azevedo, Larissa Rodrigues e Renata Rodrigues; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Moisés Barbosa e Carlos Oliveira; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio e TV:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezio Ramos; **Estagiários:** Andréa Neves, Monique Cabral, Priscilla Aguiar, Rodrigo Ferreira e Solange Mendonça; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail:** dimprensa@alepe.pe.gov.br.



Nosso endereço na Internet <http://www.alepe.pe.gov.br>

ATO Nº 574/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 43/2007, do Deputado Clodoaldo Magalhães, **RESOLVE:** exonerar **JOÃO FRANCISCO DA SILVA JÚNIOR**, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE**, atribuindo-lhe a gratificação de Representação de 120% (cento e vinte por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 31 de julho de 2007.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

ATO Nº 575/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 42/2007, do Deputado Clodoaldo Magalhães, **RESOLVE:** exonerar **JOSÉ HILDO HACKER JÚNIOR**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, nomeando para o referido cargo, **EVELLYN RAFAELLA SILVA DE LIMA**, atribuindo-lhe a gratificação de Representação de 120% (cento e vinte por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 31 de julho de 2007.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

ATO Nº 576/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 41/2007, do Deputado Clodoaldo Magalhães, **RESOLVE:** exonerar **ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, nomeando para o referido cargo, **RÔMULO PORTELA SIQUEIRA FILHO**, atribuindo-lhe a gratificação de Representação de 120% (cento e vinte por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 31 de julho de 2007.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

ATO Nº 577/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 0321/2007, do Deputado Sílvio Costa Filho, **RESOLVE:** exonerar **JOSÉ RODRIGUES BEZERRA JÚNIOR**, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **ELIZETE CAVALCANTE DE SOUZA**, atribuindo-lhe a gratificação de Representação de 109,96% (cento e nove vírgula noventa e seis por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 31 de julho de 2007.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

ATO Nº 578/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 40/2007, do Deputado Clodoaldo Magalhães, **RESOLVE:** exonerar **THIAGO FIGUEIREDO PEIXOTO**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, nomeando para o referido cargo, **BIANCA NÓBREGA BELLO**, atribuindo-lhe a gratificação de Representação de 120% (cento e vinte por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 31 de julho de 2007.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

Ordem do Dia

Septuagésima Sexta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Sexta Legislatura, realizada em 01 de agosto de 2007, às 14:30 horas.

Ordem do Dia

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 15/2007
Autor: Deputado Pedro Eurico

Dispõe sobre o plantio, o manejo e as vedações de uso exploratório mercantilista, nos casos que menciona, da flora oriunda do bioma Caatinga, da Mata Atlântica e dos Manguezais, no Estado de Pernambuco, como contributo à prevenção do aquecimento global, e determina providências pertinentes.

Com Emenda Modificativa nº 01 e Emenda Supressiva nº 02 ambas de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Parecer Favorável das 1ª, 3ª, 6ª, 7ª e 11ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 27/2/2007.

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1425/2006
Autor: Deputado Augusto Coutinho
Desarquivado sob o nº 121/2007, por solicitação do Autor

Institui o “Dia da Arte de Ikebana” no território do Estado de Pernambuco.

Parecer Favorável das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2007.

Primeira Discussão do Projeto de Resolução nº 07/2007
Autor: Deputado Antônio Moraes

Concede a Medalha do Mérito Cultural Gilberto Freyre ao cantor e compositor Alceu Valença.

Parecer Favorável da 5ª Comissão.

Votação Nominal

Quorum para Aprovação 2/3 = 33 Votos.

DIÁRIO OFICIAL DE - 13/2/2007.

Discussão Única da Indicação nº 1282/2007
Autor: Dep. Eriberto Medeiros

Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife, ao Secretário de Serviços Públicos e ao Presidente da Emlurb no sentido de serem realizados os serviços de pavimentação, desratização, limpeza de canaleta, reposição de placa, fixação de placa, limpeza de esgoto, iluminação, capinação e operação tapa-buraco de diversas ruas do bairro da Várzea, nesta Capital.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única da Indicação nº 1283/2007
Autor: Dep. Eriberto Medeiros

Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife, ao Secretário de Serviços Públicos e ao Presidente da Emlurb no sentido de serem realizados os serviços de pavimentação, desratização, limpeza de canaleta, reposição de placa, fixação de placa, limpeza de esgoto, iluminação, podaçoão de árvore e capinação de diversas ruas do bairro da Várzea, nesta Capital.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única da Indicação nº 1284/2007
Autor: Dep. Eriberto Medeiros

Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife, ao Secretário de Serviços Públicos e ao Presidente da CTTU no sentido de serem instaladas lombadas nas ruas Delfim Moreira, Fernando de Noronha e Seis de Março, todas localizadas no bairro da Várzea, nesta Capital.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única da Indicação nº 1285/2007
Autor: Dep. Eriberto Medeiros

Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife, ao Secretário de Serviços Públicos e ao Presidente da CTTU no sentido de serem instaladas lombadas nas ruas Três de Maio, D.Maria Lacerda, Mário Campelo e João Francisco Lisboa, todas localizadas no bairro da Várzea, nesta Capital.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única da Indicação nº 1286/2007
Autora: Dep. Miriam Lacerda

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Presidente da Compesa e ao Gerente Regional da Compesa/ Caruaru no sentido de viabilizar a revisão e recuperação do sistema de abastecimento d’água da Vila de Xicuru, pertencente ao 4º Distrito do Município de Caruaru, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única da Indicação nº 1287/2007
Autora: Dep. Miriam Lacerda

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Recursos Hídricos e Presidente da Compesa no sentido de viabilizar a instalação da tubulação de água para servir a população da Vila do Vitorino, no município de Riacho das Almas, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007
Discussão Única da Indicação nº 1288/2007
Autora: Dep. Miriam Lacerda

Apelo ao Presidente da Celpe, ao Gerente de Expansão da Rede Rural e Urbana da Celpe e ao Gerente Interino da Celpe/Caruaru objetivando a colocação de luminárias nos postes do Loteamento Portal do Oriente, localizado no Sítio Campo Novo de Baixo, no município de Caruaru.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única da Indicação nº 1289/2007
Autora: Dep. Teresa Leitão

Apelo à Diretora Regional dos Correios no sentido de providenciar o Código de Endereçamento Postal para a comunidade Loteamento Riacho de Pedra II, no município do Paulista, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única da Indicação nº 1290/2007
Autora: Dep. Ceça Ribeiro

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Recursos Hídricos no sentido de reativar a Estação de Tratamento de Esgotos de Caetés III, no município de Abreu e Lima.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única da Indicação nº 1291/2007
Autor: Dep. Antônio Figueirôa

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação objetivando a implantação de um Centro de Educação e Desenvolvimento Tecnológico no município de Santa Cruz do Capibaribe, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única da Indicação nº 1292/2007
Autora: Dep. Carla Lapa

Apelo ao Superintendente Regional da Telemar no sentido de viabilizar a instalação de um telefone público na Rua Lajedo, no bairro do Vasco da Gama, localizado nesta Capital.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única da Indicação nº 1293/2007
Autora: Dep. Carla Lapa

Apelo ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar no sentido de viabilizar um policiamento ostensivo na Avenida Jules Rimet e proximidades, no bairro de Rio Doce, em Olinda, com a finalidade de oferecer a comunidade local mais segurança, tendo em vista o crescente número de assaltos que vem ocorrendo naquela localidade.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única da Indicação nº 1294/2007
Autora: Dep. Carla Lapa

Apelo ao Superintendente Regional da Telemar no sentido de instalar telefone público na Rua Vila Um Por Todos, no bairro do Vasco da Gama, localizado nesta Capital.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única da Indicação nº 1295/2007
Autor: Dep. Henrique Queiroz

Apelo ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado no sentido de viabilizar a reforma do Fórum da Cidade de Vitória de Santo Antão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única da Indicação nº 1296/2007
Autor: Dep. Sérgio Leite

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Educação, ao Chefe de Gabinete da Secretaria Estadual de Educação e a Gestora da Gerência Regional de Educação - GRE Mata Sul no sentido de incluir o Grupo de Teatro Terezinha Porto, da Escola Eloy Malta de Alencar, em São Benedito do Sul, no projeto Incubadoras Culturais.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única da Indicação nº 1297/2007
Autor: Dep. Sérgio Leite

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário Especial de Cultura no sentido de providenciarem a aquisição de instrumentos musicais para a formação de uma Banda Fanfarra na Escola Estadual Eloy Malta de Alencar, situada à Rua do Futuro, Cidade Alta, São Benedito do Sul, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única da Indicação nº 1298/2007
Autor: Dep. Sérgio Leite

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Educação e a Gestora da Gerência Regional de Educação GRE Mata Sul no sentido de implantar o Programa Escola Aberta na Escola Estadual Eloy Malta de Alencar, situada na rua do Futuro, Cidade Alta, em São Benedito do Sul, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única da Indicação nº 1299/2007
Autor: Dep. João Fernando Coutinho

Apelo ao Secretário de Recursos Hídricos e Diretor Presidente da Compesa objetivando a recuperação e ampliação do sistema de abastecimento de água do município de Joaquim Nabuco, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única da Indicação nº 1300/2007
Autor: Dep. João Fernando Coutinho

Apelo ao Secretário de Transporte, ao Diretor Geral do DNIT e ao Diretor Geral do DER/PE no sentido de sinalizar horizontal e verticalmente a rodovia PE-96 que liga os municípios de Palmares a Barreiros.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA CELPE EDITAL DE CONVOCAÇÃO
<p>Convoco nos termos do artigo 105, inciso I, do Regimento Interno da ALEPE, os Deputados Isaltino Nascimento (PT), Izaías Régis (PTB), Luciano Moura (PC do B), Lourival Simões (PR), Pastor Cleiton Collins (PSC), Carlos Santana (PSDB), Ricardo Teobaldo (PSDB) e Raimundo Pimentel (PSDB) membros titulares, bem como os suplentes André Campos (PT), Augusto César Filho (PTB), Carla Lapa (PSB), Eduardo Porto (PT do B), Esmeraldo Santos (PR), Sílvio Costa Filho (PMN), Elina Carneiro(PSB), Bringel (PSDB), Antonio Figueirôa (PTB), para se fazerem presentes a uma reunião ordinária a ser realizada no Palácio Joaquim Nabuco, junto aos Membros, titulares e suplentes, do Conselho de Consumidores da Celpe, ao Promotor do Ministério Público de Pernambuco Sr. Roberto Brayner e a representante da ADECON Sra. Rosana Grimberg, no dia 02 (dois) de agosto de 2007, às 10:00 (dez) horas, no auditório do anexo I, 6º andar, da Assembléia Legislativa de Pernambuco.</p>
Recife, 31 de julho de 2007.
DEPUTADO SÉRGIO LEITE Presidente

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única do Requerimento nº 674/2007
Autor: Dep. Sérgio Leite

Solicita que o Grande Expediente do dia 3 de setembro do corrente ano seja em caráter Especial em homenagem ao Cinema Pernambucano, no plenário desta Casa.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única do Requerimento nº 675/2007
Autora: Dep. Elina Carneiro

Voto de Aplauso ao Instituto Materno Infantil - IMIP pelo vigésimo aniversário de atividades do Centro de Atenção à Mulher - CAM, festejados no mês de maio do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única do Requerimento nº 676/2007
Autora: Dep. Miriam Lacerda

Voto de Aplauso para o Shopping Guararapes pela iniciativa de homenagear Caruaru no seu sesquicentenário de emancipação política, ocorrido de 13 a 30 de junho do corrente ano, na Praça de Eventos daquele Centro de compras.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única do Requerimento nº 677/2007
Autora: Dep. Terezinha Nunes

Voto de Aplauso ao Prefeito do Município de Abreu e Lima pela abertura do Hospital e Maternidade de Abreu e Lima.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única do Requerimento nº 678/2007
Autora: Dep. Ceça Ribeiro

Voto de Aplauso aos pescadores e pescadoras artesanais do nosso Estado, pela comemoração do Dia do Pescador em 29 de junho do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única do Requerimento nº 679/2007
Autor: Dep. Sebastião Rufino

Solicita que seja realizada uma Reunião em caráter Solene em 4 de setembro do corrente ano para homenagear a Igreja Evangélica Pentecostal o Brasil para Cristo pela passagem dos cinquenta anos de sua fundação no Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/07/2007

Discussão Única do Requerimento nº 680/2007
Autor: Dep. José Queiroz

Voto de Aplauso ao Dr. José Nivaldo Júnior pela homenagem recebida dentro do Projeto: A Cultura e a Arte em Pernambuco, ocorrida em 25 de junho do corrente ano, na Livraria Cultura - no Paço Alfândega, nesta Capital.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única do Requerimento nº 681/2007
Autor: Dep. Antônio Figueirôa

Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Zenildo Vieira Araújo ocorrido em 30 de junho do corrente ano, em Santa Cruz do Capibaribe, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única do Requerimento nº 682/2007
Autor: Dep. Isaltino Nascimento
Solicita que o Grande Expediente do dia 10 de setembro do corrente ano seja em caráter Especial com a finalidade de esclarecer fatos referentes ao Conjunto Habitacional Brasília Teimosa.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única do Requerimento nº 683/2007
Autor: Dep. Isaltino Nascimento

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa a matéria intitulada: ***Caldeirão Vermelho***, publicada no Caderno Brasil do Jornal do Commercio nos dias 3, 4 e 5 de junho do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Discussão Única do Requerimento nº 684/2007
Autor: Dep. Isaltino Nascimento

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa a matéria intitulada: ***Um Nordeste Mais Quente***, publicada no Caderno Especial do Jornal do Commercio em 5 de junho do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/7/2007

Ata de Comissão

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, REALIZADA ÀS DEZ HORAS DO DIA CATORZE DE JUNHO DE DOIS MIL E SETE.

AOS CATORZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, NO PLENARINHO I, LOCALIZADO NO SEGUNDO ANDAR DO EDIFÍCIO NILO COELHO, ANEXO I AO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, ÀS DEZ HORAS, NOS TERMOS REGIMENTAIS E EM OBEDIÊNCIA A CONVOCAÇÃO POR EDITAL, SOB A PRESIDÊNCIA DA DEPUTADA **TERESA LEITÃO**, REUNIRAM-SE O(A)S DEPUTADO(A)S **TEREZINHA NUNES, GERALDO COELHO E SOLDADO MOISÉS** (MEMBROS EFETIVOS). CONSTATANDO O QUORUM REGIMENTAL, A SENHORA PRESIDENTE INICIA A REUNIÃO COM ALGUNS INFORMES: O PRIMEIRO É SOBRE A SOLICITAÇÃO DO PROFESSOR LUIZ GONZAGA, COORDENADOR DO LIVRO DIDÁTICO – “FÍSICA POR QUARENTA PROFESSORES: UMA NOVA VISÃO”, A SOLICITAÇÃO FOI INDEFERIDA PELA PROCURADORIA DA ALEPE, CONFORME OFÍCIO DA PRESIDÊNCIA Nº 201/2007-GP ALEPE. MAS, A COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO (CEPE) ESTÁ EM NEGOCIAÇÃO PARA PUBLICÁ-LO. O SEGUNDO INFORME DIZ RESPEITO AOS ENCAMINHAMENTOS DO II SEMINÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO: 1) NECESSIDADE DESTE COLEGIADO TÉCNICO DISCUTIR COM O GOVERNO DO ESTADO A SITUAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL e 2) REALIZAR UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR. 3) CONSOLIDAÇÃO DAS DISCUSSÕES REALIZADAS NO SEMINÁRIO EM UM CADERNO-SÍNTESE. EM SEGUIDA, A DEPUTADA TERESA LEITÃO INICIA A DISTRIBUIÇÃO DAS PROPOSIÇÕES PREVISTAS EM EDITAL: **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 167/2007**, DE AUTORIA DO DEPUTADO EDSON VIEIRA (EMENTA: ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 11.519, DE 05 DE JANEIRO DE 1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS), A RELATORIA É DA DEPUTADA TEREZINHA NUNES; **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 171/2007**, DE AUTORIA DA DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO (EMENTA: INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO A SEMANA ESTADUAL DA VIVÊNCIA E PRÁTICA DA CULTURA AFRO-PERNAMBUCANA), CUJA RELATORIA É DA DEPUTADA TERESA LEITÃO; **PROJETO DE LEI Nº 173/2007**, DE AUTORIA DO DEPUTADO ANTÔNIO FIGUEIRÔA (EMENTA: DENOMINA PONTE GOVERNADOR MIGUEL ARRARES DE ALENCAR A PONTE SITUADA SOBRE O RIO CAPIBARIBE, NO DISTRITO DE SÃO DOMINGOS, NO MUNICÍPIO DO BREJO DA MADRE DE DEUS, QUE DÁ ACESSO AO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE), RELATOR: SOLDADO MOISÉS; **SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 96/2007**, DE AUTORIA DA CCLJ (EMENTA: ALTERA INTEGRALMENTE A REDAÇÃO DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 96/2007), RELATORA: TEREZINHA NUNES. **APÓS A DISTRIBUIÇÃO, OCORRE A DISCUSSÃO DAS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: PROJETO DE LEI Nº 92/2007**, DE AUTORIA DO DEPUTADO

SÍLVIO COSTA FILHO (EMENTA: ESTABELECE NORMAS VOLTADAS PARA A LEI DE RESPONSABILIDADE EDUCACIONAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO), COM **EMENDA ADITIVA Nº 01** (EMENTA: ADICIONA UM PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 1º DO PROJETO DE LEI Nº 92/2007, CONSTANDO SANÇÕES EM CASO DE DESCUMPRIMENTO NO ESTABELECIDO EM LEI). RELATOR: DEPUTADO SOLDADO MOISÉS,FOI APROVADO POR UNANIMIDADE. **SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 96/2007**, DE AUTORIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA (EMENTA: ALTERA INTEGRALMENTE A REDAÇÃO DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 96/2007). RELATORA: DEPUTADA TEREZINHA NUNES, FOI APROVADO POR UNANIMIDADE. **PROJETO DE LEI DESARQUIVADO Nº 121/2007**, DE AUTORIA DO DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO (EMENTA: INSTITUI O “DIA DA ARTE DE Ikebana” NO TERRITÓRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO), RELATOR: DEPUTADO GERALDO COELHO, FOI APROVADO PO UNANIMIDADE. **PROJETO DE RESOLUÇÃO DESARQUIVADO Nº 126/2007**, DE AUTORIA DO DEPUTADO GUILHERME UCHOA (EMENTA: DENOMINA RUY JOSÉ CABRAL, A SALA ONDE FUNCIONA A ASSISTÊNCIA LEGISLATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS), RELATORA: DEPUTADA TEREZINHA NUNES. **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 141/2007**, DE AUTORIA DO DEPUTADO EDUARDO PORTO (EMENTA: INSTITUI O “DIA DO MOTOCICLISTA” NO TERRITÓRIO DE PERNAMBUCO), RELATOR: DEPUTADO GERALDO COELHO, FOI APROVADO POR UNANIMIDADE. COM RELAÇÃO À APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 92/2007, A DEPUTADA TERESA LEITÃO INFORMA QUE NO SEGUNDO SEMESTRE, POR SOLICITAÇÃO DO DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO, SERÁ REALIZADA UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O SECRETÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, SR. DANILO CABRAL, PARA APROFUNDAR O TEMA. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, A SENHORA PRESIDENTE AGRADECEU A PRESENÇA DE TODOS E ENCERROU A PRESENTE REUNIÃO. E, PARA QUE TUDO CONSTE EM REGISTRO, FOI DIGITADA ESTA ATA, QUE SERÁ POSTERIORMENTE APROVADA, ASSINADA E PUBLICADA.

SALA DA COMISSÃO, 14 DE JUNHO DE 2007.
DEPUTADA TERESA LEITÃO PRESIDENTA
DEPUTADA TEREZINHA NUNES (Vice-Presidente)
DEPUTADO SOLDADO MOISÉS

Pronunciamentos
PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO BARRETO NA REUNIÃO DO DIA 26 DE JUNHO DE 2007.
Senhor Presidente, senhoras Deputadas, senhores Deputados, Ocupamos a tribuna na tarde de hoje, para tratar de um assunto da maior gravidade e do interesse de todos os que transitam pela a BR-101 Sul em nosso Estado. Vimos fazer um apelo ao diretor do Dnit, doutor Mauro Barbosa da Silva, para que seja executada uma obra de emergência naquela rodovia, que corta o Estado de Pernambuco de norte a sul, passando por toda a extensão da zona da mata sul do nosso Estado. A região da mata sul de Pernambuco, demonstra admirável potencial de desenvolvimento, se constituindo em uma região de economia diversificada e pujante, com parques industriais espalhados por toda a região, E isso, nos dá a certeza da necessidade de manutenção do trecho da BR 101. É este um dos principais motivos que nos leva a pedir que seja executada uma operação tapa buracos na BR 101 – Sul de Pernambuco, nos trechos compreendidos entre o município do Cabo de Santo Agostinho a Palmares e principalmente entre Escada e a Cidade de Ribeirão, que se encontra em situação mais precária. Mesmo neste momento em que se executa a obra de duplicação, pois a situação atual daquele trecho da citada rodovia encontra-se caótico, sendo comum, Senhor Presidente, encontramos vários automóveis e caminhões danificados pelos buracos, bem como, a cada dia ocorre um sem número de pequenos e grandes acidentes em decorrência das condições precárias da via, tendo já provocado inúmeras vítimas fatais. Este pleito é da maior importância que seja urgentemente atendido, para amenizar as conseqüências de uma estrada, há muito tempo, carente de manutenção, e que agora o Governo do Presidente Lula está finalmente fazendo uma intervenção importante com a duplicação. No entanto é necessário que emergencialmente seja executada a operação tapa buracos que ora solicitamos, com o intuito de diminuir os acidentes e os prejuízos para transeuntes daquela rodovia, especialmente caminhoneiros.
PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS NA REUNIÃO DO DIA 26 DE JUNHO DE 2007.
Sobre a Maternidade - Dep. Claudiano Martins

Senhor Presidente, senhoras Deputadas, senhores Deputados, Ocupamos a tribuna na tarde de hoje, para tratar de um assunto da maior gravidade e do interesse de todos os que transitam pela a BR-101 Sul em nosso Estado. Vimos fazer um apelo ao diretor do Dnit, doutor Mauro Barbosa da Silva, para que seja executada uma obra de emergência naquela rodovia, que corta o Estado de Pernambuco de norte a sul, passando por toda a extensão da zona da mata sul do nosso Estado. A região da mata sul de Pernambuco, demonstra admirável potencial de desenvolvimento, se constituindo em uma região de economia diversificada e pujante, com parques industriais espalhados por toda a região, E isso, nos dá a certeza da necessidade de manutenção do trecho da BR 101. É este um dos principais motivos que nos leva a pedir que seja executada uma operação tapa buracos na BR 101 – Sul de Pernambuco, nos trechos compreendidos entre o município do Cabo de Santo Agostinho a Palmares e principalmente entre Escada e a Cidade de Ribeirão, que se encontra em situação mais precária. Mesmo neste momento em que se executa a obra de duplicação, pois a situação atual daquele trecho da citada rodovia encontra-se caótico, sendo comum, Senhor Presidente, encontramos vários automóveis e caminhões danificados pelos buracos, bem como, a cada dia ocorre um sem número de pequenos e grandes acidentes em decorrência das condições precárias da via, tendo já provocado inúmeras vítimas fatais. Este pleito é da maior importância que seja urgentemente atendido, para amenizar as conseqüências de uma estrada, há muito tempo, carente de manutenção, e que agora o Governo do Presidente Lula está finalmente fazendo uma intervenção importante com a duplicação. No entanto é necessário que emergencialmente seja executada a operação tapa buracos que ora solicitamos, com o intuito de diminuir os acidentes e os prejuízos para transeuntes daquela rodovia, especialmente caminhoneiros.

Senhor Presidente, senhoras Deputadas, senhores Deputados; Ao longo da minha vida política e no decorrer dos meus mandatos aqui nesta Casa e na Câmara dos Deputados, parte do meu esforço foi para discutir as questões da agropecuária. Sempre tive o entendimento de que sem o pleno desenvolvimento do agronegócio torna-se impossível equilibrar as condições sociais de Pernambuco e do Nordeste. Esta tem sido a razão das minhas cobranças para implantação da nova SUDENE para ampliação de investimentos na Mata de Pernambuco, nas áreas irrigáveis, caprino-ovinoicultura, pólo da banana na Mata, agricultura de subsistência da Região e um amplo programa de apoio à modernização da produção canavieira, hoje funcionando com extremas dificuldades. Observa-se, infelizmente que existe o sentimento de que aplicar recursos públicos no agronegócio tem retorno mais demorado do que nos segmentos sociais. Isto não é verdade. Não será possível solucionar os problemas sociais sem a expansão do desenvolvimento rural do Nordeste e de Pernambuco. As raízes dos problemas sociais, em grande proporção se perpetuam no fraco desempenho do agronegócio regional com reflexos negativos inclusive sobre a população urbana. A fragilidade econômica dos fornecedores de cana de Pernambuco, vem contribuindo para agravar as condições sociais da região metropolitana. As questões da saúde, por exemplo, muitas vezes se agravam em função da desnutrição e da fome, fruto da fragilidade da agricultura de subsistência. Os problemas da violência, em grande proporção se firmam no desemprego que a agricultura podia gerar. Pernambuco, por exemplo, hoje tem o dobro da população que tinha em 1980 e sua agricultura hoje é menor do que naquele ano. O equívoco do poder público em não investir no agronegócio com maior ênfase tem se constituído num dos gargalos para a ampliação da intranqüilidade social. Recentemente o técnico Mauro Lopes, dos quadros da Fundação Getúlio Vargas – FGV, em artigo publicado na Revista Conjuntura Econômica – abril/ 2007, afirmou que é possível o Brasil ampliar sua área cultivada em cerca de 90 milhões de hectares. O Nordeste poderá contribuir com essa expansão. No mesmo artigo o técnico relata as dificuldades enfrentadas no setor, tais como: elevadas taxas de juros, elevado grau de endividamento, baixos níveis de investimento em pesquisa, estradas, extensão rural e tantas outras políticas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados; O quadro relatado pelo técnico Mauro Lopes retrata com clareza as condições da agricultura mais desenvolvida do e menos dependente de recursos públicos do que a agricultura nordestina. Ele se refere com maior destaque à agricultura do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. E o que dizer das condições da produção agropecuária do Nordeste? O que dizer das condições do produtor de cana de Pernambuco? Qual a política agrícola adotada pelo Governo para a Região? A ausência de uma política agropecuária coloca a agricultura em profundas dificuldades e estagnação, implicando em prejuízos para os produtores, trabalhadores rurais e para a economia regional. Em recente audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura desta Assembléia, ficou demonstrado que

Boa Tarde,

O que me traz a tribuna nesta terça feira, é parabenizar o governador Eduardo Campos pelo grande gesto em abraçar à nossa iniciativa, pela sanção ao Projeto de Lei que concede ampliação nas licenças maternidade e paternidade aos servidores estaduais. O projeto a que me refiro é o 57/2007, que por ser da alçada do Executivo fora arquivado, para em seguida ser lançado como Projeto 135/2007, enviado à esta Casa pelo Poder Executivo. Tal feito é prova inconteste de preocupação com o futuro das novas gerações, tendo em vista ter fundamentação científica, a suma importância da presença da família nos primeiros meses de vida da criança.

Vale ressaltar ainda, que o governador ampliou o benefício ao inserir no projeto inicial de nossa autoria a licença em casos de adoção, bem como ampliação para a licença paternidade. Parabeno também o Deputado Major Feitosa pela inclusão dos militares no citado do projeto, atualmente Lei Estadual. Quando lancei o Projeto de Lei que fazia alusão ao tema, notei a priori que a ampliação traria inúmeros benefícios a socialização do recém nascido junto à família e a sociedade, contudo, não posso negar que a orientação na produção e estudos referentes ao projeto foi embasado na campanha “Licença Maternidade: Seis Meses é Melhor!” idealizada pelo presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) – Dr. Dioclécio Campos Junior, endossada pela OAB nacional, e pela Sociedade Pernambucana de Pediatria, através da Dra. Lúcia Trajano, e as diversas entidades de defesa dos direitos da criança e da mulher brasileira. Com idéias dessa estirpe, vamos dia-a-dia construindo um Novo Pernambuco, que defende o direito de seu povo e sua máquina pública. Ações desse porte justificam nossa chegada e permanência neste Parlamento Estadual a cada pleito eleitoral. Obrigado aos que acreditaram em nossa idéia. Parabéns aos que levantaram essa bandeira antes e depois do Projeto de Lei 57/2007.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO MAVIAEL CAVALCANTI NA REUNIÃO DO DIA 20 DE JUNHO DE 2007.
Governo do Presidente Lula Precisa Viabilizar o Agronegócio Nordestino
Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados; Ao longo da minha vida política e no decorrer dos meus mandatos aqui nesta Casa e na Câmara dos Deputados, parte do meu esforço foi para discutir as questões da agropecuária. Sempre tive o entendimento de que sem o pleno desenvolvimento do agronegócio torna-se impossível equilibrar as condições sociais de Pernambuco e do Nordeste. Esta tem sido a razão das minhas cobranças para implantação da nova SUDENE para ampliação de investimentos na Mata de Pernambuco, nas áreas irrigáveis, caprino-ovinoicultura, pólo da banana na Mata, agricultura de subsistência da Região e um amplo programa de apoio à modernização da produção canavieira, hoje funcionando com extremas dificuldades. Observa-se, infelizmente que existe o sentimento de que aplicar recursos públicos no agronegócio tem retorno mais demorado do que nos segmentos sociais. Isto não é verdade. Não será possível solucionar os problemas sociais sem a expansão do desenvolvimento rural do Nordeste e de Pernambuco. As raízes dos problemas sociais, em grande proporção se perpetuam no fraco desempenho do agronegócio regional com reflexos negativos inclusive sobre a população urbana. A fragilidade econômica dos fornecedores de cana de Pernambuco, vem contribuindo para agravar as condições sociais da região metropolitana. As questões da saúde, por exemplo, muitas vezes se agravam em função da desnutrição e da fome, fruto da fragilidade da agricultura de subsistência. Os problemas da violência, em grande proporção se firmam no desemprego que a agricultura podia gerar. Pernambuco, por exemplo, hoje tem o dobro da população que tinha em 1980 e sua agricultura hoje é menor do que naquele ano. O equívoco do poder público em não investir no agronegócio com maior ênfase tem se constituído num dos gargalos para a ampliação da intranqüilidade social. Recentemente o técnico Mauro Lopes, dos quadros da Fundação Getúlio Vargas – FGV, em artigo publicado na Revista Conjuntura Econômica – abril/ 2007, afirmou que é possível o Brasil ampliar sua área cultivada em cerca de 90 milhões de hectares. O Nordeste poderá contribuir com essa expansão. No mesmo artigo o técnico relata as dificuldades enfrentadas no setor, tais como: elevadas taxas de juros, elevado grau de endividamento, baixos níveis de investimento em pesquisa, estradas, extensão rural e tantas outras políticas.
Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados; O quadro relatado pelo técnico Mauro Lopes retrata com clareza as condições da agricultura mais desenvolvida do e menos dependente de recursos públicos do que a agricultura nordestina. Ele se refere com maior destaque à agricultura do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. E o que dizer das condições da produção agropecuária do Nordeste? O que dizer das condições do produtor de cana de Pernambuco? Qual a política agrícola adotada pelo Governo para a Região? A ausência de uma política agropecuária coloca a agricultura em profundas dificuldades e estagnação, implicando em prejuízos para os produtores, trabalhadores rurais e para a economia regional. Em recente audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura desta Assembléia, ficou demonstrado que

a cana de Pernambuco precisa do apoio de políticas públicas efetivas.

Pernambuco, por exemplo, não pode aceitar a justificativa equivocada de alguns de que o Estado tem restrições de potencialidades. Pernambuco tem condições de crescer e alterar o perfil e trajetória de crescimento da sua agricultura com ganhos econômicos e sociais, inclusive crescendo a produção de cana-de-açúcar.

Basta mudar a forma de interpretar as coisas do meio rural. Basta mostrar que tem uma política agropecuária consistente para o setor. Basta provar para investidores potenciais, que deseja valorizar o setor. Basta, por exemplo, mostrar que o campo é importante para o seu desenvolvimento, definindo incentivos que justifiquem investir no agronegócio. Basta provar que o setor tem importância definindo novos instrumentos de apoio ao seu desenvolvimento.

Senhor Presidente; Senhoras e Senhores Deputados;

O Governo precisa definir com clareza o que pretende do agronegócio, se deseja utilizá-lo como instrumento para fazer a “causa” de movimentos sociais radicais, já reprovados, inclusive por alguns segmentos do Governo, como por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, ou se deseja estimular a agropecuária, viabilizando um setor estratégico para a melhoria de vida da população.

É indiscutível que o Brasil tornou-se uma superpotência agrícola no século XXI. É o maior exportador de sete produtos estratégicos: açúcar, etanol, café, suco de laranja, fumo, carne bovina e de frango. É o segundo maior exportador de soja e farelo de soja. Tudo isto reflete a expressão da agricultura moderna do Brasil na qual o Nordeste tem baixo nível de inserção e participação. Não é justo que a Região continue com baixa participação e é inaceitável que o agronegócio nordestino não receba apoio expressivo para crescer, inclusive sob a ótica do fortalecimento para o mercado interno.

Equacionar o desenvolvimento futuro do Nordeste e Pernambuco exige do poder público um novo e expressivo projeto para o setor agropecuário.

Faço um apelo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que determine, com urgência, providências para a execução de um Plano Regional para o Desenvolvimento Rural do Nordeste. Ainda é tempo de se corrigir os problemas, dando tratamento diferenciado à Região a partir de um planejamento eficaz que incorpore à produção o uso dos recursos naturais e humanos existentes no Nordeste. Os nordestinos precisam deste Plano e merecem, sobretudo por uma questão de justiça, que sejam reduzidas as desigualdades sociais.

Do inteiro teor deste pronunciamento solicito que seja dado conhecimento ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo; Presidente do BNDES, Luciano Coutinho; Ministro da Integração Nacional, Gedel Lima; Governador de Pernambuco, Eduardo Campos; Governador do Ceará, Cid Gomes; Governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima; Governador da Bahia, Jaques Wagner; Secretário do Planejamento de Pernambuco, Geraldo Júlio; Secretário de Agricultura de Pernambuco, Ângelo Ferreira; Presidente da FIEPE, Jorge Corte Real; Presidente da CNI, Armando Monteiro ; Presidente da FAEPE, Pio Guerra, Presidente da CNA, Antonio Ernesto de Salvo; Ministro da Agricultura, reinhald Presidente da AMUPE, Anchieta Patriota; Líder do Governo na Câmara dos Deputados, José Múcio Monteiro; Ex-Governadores, Mendonça Filho, Joaquim Francisco, Gustavo Krause e Cid Sampaio; Senadores, Marco Maciel, Sergio Guerra e Jarbas Vasconcelos; Presidente do SINDAÇÚCAR, Renato Cunha; Presidente do SINDICAPE, Gerson Carneiro Leão; Presidente do Grupo JCPM, João Carlos Paes Mendonça; Presidente do Grupo EQM, Eduardo Monteiro; Jornalistas, Aldo Paes Barreto; Inaldo Sampaio; Jamildo Melo; Magno Martins; Antonio Magalhães; Ivanildo Sampaio; Maria Luiza Borges; Ciro Rocha; Fernando Castilho; Wanesa Campos; e aos Prefeitos do Recife, João Paulo; Olinda, Luciana Santos; Macaparana, Maviael Filho; Caruaru, Tony Gel; Petrolina, Odacir Amorim; Santa Terezinha; Teogenes Lustosa; Orobó, Manoel João dos Santos; Machados, Manoel Plácido, Secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Fernando Bezerra Coelho; Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, Alexandre Andrade Lima; Vice-Presidente da COMissão Nacional de Cana-de-açúcar da CNA, Paulo Guedes; Presidente da Federação Nacional dos Plantadores de Cana do Brasil, Antônio Celso Cavalcanti; Presidente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura, Expedito Correia; Presidente da Federação da Agricultura da Paraíba, Mário Borba.

PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA TERESA LEITÃO NA REUNIÃO DO DIA 02 DE JULHO DE 2007.
Dia do Pescador
Sr. Presidente, Sras Deputadas, Srs. Deputados, Senhores deputados, senhoras deputadas, venho a essa tribuna comemorar o Dia do Pescador, ocorrido na última sexta-feira, 29 de junho, data religiosa de São Pedro, uma vez que esta é historicamente comemorada pelas comunidades pesqueiras como o Dia do Pescador, sendo São Pedro o padroeiro da categoria. Lembrar o dia desta classe trabalhadora é homenagear uma das atividades mais antigas da população brasileira, praticada pelos habitantes daqui desde antes da chegada dos colonizadores. Também é valorizar um trabalhador que, apesar da mística gerada em torno de sua atividade, seja nos contos, histórias infantis, novelas televisivas, relatos bíblicos, esta também é vista de forma

negativa, uma vez que a pesca ainda é marginalizada e sujeita à intervenção de exploradores e contraventores.

Tramita no Congresso Projeto de Lei do Deputado Paulo Rubens para oficializar a data, reconhecendo a participação histórica dos pescadores e das pescadoras na manutenção de uma cultura peculiar, na produção de alimentos e na soberania nacional como ocupantes do nosso mar territorial.

O Projeto de Lei 29/2003, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e da Pesca, denominado Lei da Pesca, tem no seu primeiro artigo o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira e da aqüicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, em harmonia com a preservação e conservação do meio ambiente e da biodiversidade.

Este país, banhado por 8,5 mil km de costa, com milhões de quilômetros de rios e lagos, ainda conta com a mística criativa e solidária dos pescadores que vivem nas águas e das águas, e que necessitam de políticas públicas para garantir sua atividade produtiva. Parabéns a essa gente, que tem todo o território nacional, fita o horizonte e segue em frente em busca do alimento para as famílias e de um amanhã melhor para todos. Parabeno também a todos os servidores da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), organização governamental nacional estruturada, com escritórios nos 27 estados da Federação, cinco gerências regionais, um Conselho que incorpora representantes dos diversos segmentos e em Pernambuco representada pelo seu chefe do escritório estadual Sérgio Matos.

Tenho dito, Senhor presidente.
PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA TEREZINHA NUNES EM 28 DE JUNHO DE 2007.
Elaborada em 1989, certamente que no calor dos debates provocados pela Assembléia Nacional Constituinte, a nova Constituição do Estado de Pernambuco, atualmente em vigor, encerra uma grande contradição entre os artigos 15 e 19. O artigo 15, que fala sobre as atribuições da Assembléia, diz o seguinte: Cabe à Assembléia Legislativa, com sanção do Governador, legislar sobre as matérias de competência do Estado e especial mente: Inciso III – o sistema Tributário, a arrecadação e a distribuição de rendas e matéria financeira”.
Já o Artigo 19, que trata das atribuições do Governador, diz em seu parágrafo 1.º: É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre : e o Inciso I – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, Orçamento e Matéria Tributária.
Em vista dessa contradição, desde 1989 o Poder Legislativo não tem podido legislar em causa tributária. Como é do conhecimento de todos os colegas isso limitou em muito as ações dos deputados estaduais, gerando toda sorte de ataques ao trabalho aqui realizado, inclusive o de que os deputados só têm poder para conceder medalhas e títulos de cidadão.
Sabemos que não é bem assim. Aqui se trabalha e muito nas comissões e no plenário mas, não há dúvida de que existe uma grande frustração dos parlamentares que têm apresentado projetos de lei, continuamente considerados ilegais pela Comissão de Justiça em função da impossibilidade, reconhecida pela Procuradoria desta casa, dos deputados legislarem sobre matéria financeira e tributária.
Recentemente, intrigada com essa verdadeira usurpação de um direito da Assembléia, que é legislar, procuramos saber o que estava acontecendo em outros estados. Fomos então informados que nas Assembléias Legislativas de estados grandes como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, só para citar esses, os deputados podem sim propor e ter aprovados projetos referentes a questões financeiras e tributárias porque as constituições estaduais seguem, nesse item, a Constituição Federal.
E o que diz a Constituição Federal? Em seu artigo 48, inciso I “ Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente, sobre sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas”, entre outros...
No artigo 61, parágrafo 1.o , Inciso II , alínea b : São de Iniciativa Privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre a organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos territórios”
Chamado a decidir através de diversas ADINs sobre o assunto, o STF tem dado ganho de causa às Assembléias Legislativas, em caso de conflito com o Poder Executivo, considerando sempre, como é o caso das ADINs 2138-3, julgada pelo ministro Nelson Jobim, 2304, pelo ministro Sepúlveda Pertence, 2392, pelo ministro Moreira Alves e 724, pelo ministro Celso Melo, que as casas legislativas estaduais podem sim legislar sobre questões financeiras e tributárias pois a Constituição Federal , nossa lei maior, só restringe o poder de legislar nesses casos ao Executivo, quando se trata de territórios federais.
As Constituições dos Estados aqui citados, com exceção, evidentemente, de Pernambuco, praticamente reproduzem o artigo 15 da nossa constituição, onde fica claro que os deputados podem legislar em matérias tributárias, e, ao contrário do que fez Pernambuco, não contém as restrições do artigo 19 da nossa Constituição.
Em função disso tomei a iniciativa, para a qual contei com a subscrição da quase totalidade dos atuais colegas deputados, indignados como eu por terem o seu poder de legislar usurpado e reduzido, de propor a este casa o desarquivamento da PEC proposta na legislatura passada pela nobre deputada Carla Lapa, que também está conosco nessa luta, para que o inciso I, do parágrafo 1º, do artigo 19 da nossa Constituição seja retirado da mesma, voltando esta casa a ter o seu poder restituído, como já acontece nos demais estados brasileiros.